

Esfera pública e debate intelectual no Brasil ontem e hoje¹



Marcos Nobre²

Começo agradecendo o convite para atravessar a rua, para rever tantas e tantos colegas, tantas amigas e tantos amigos do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) que pude fazer ao longo dos anos de Unicamp, pessoas que tanto orgulham nossa universidade. Falei em atravessar a rua – a rua Cora Coralina, no caso –, porque é a rua que une o meu Instituto, o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), ao IEL. Atravessar essa rua real é hoje apenas uma metáfora nesse nosso encontro virtual. Mas espero que essa lembrança seja também a esperança de que possamos nos encontrar em pessoa novamente, para além do momento terrível que vivemos. Mas que venha o mais breve possível a possibilidade de que vocês, turma que ingressa na Unicamp, possam se encontrar em pessoa com os prédios e, principalmente, com as pessoas que dão vida a esses prédios.

É uma grande honra poder receber a nova turma de ingressantes dos cursos do IEL. É uma grande responsabilidade e um grande desafio também. Especialmente para alguém que, como eu, está no Departamento de Filosofia do Instituto vizinho, o IFCH, alguém que não se especializou em linguística, em estudos literários, em letras, ou em

¹ Texto originalmente elaborado para a Aula Magna de abertura do ano letivo de 2021 do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp. A gravação encontra-se disponível no canal do IEL no Youtube: <<https://www.youtube.com/watch?v=rE0kCIvfkBU&t=4860s>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

² Professor livre-docente de filosofia da Unicamp e presidente do Cebrap. E-mail: nobre@unicamp.br.

fonoaudiologia. Alguém que, como eu, não tem conhecimento especializado em teoria literária, em história da literatura, ou em linguística aplicada.

Não é tarefa fácil tentar responder às questões que me foram propostas pela professora Daniela Birman e pelo professor Alfredo Cesar Melo, a quem agradeço pelo convite e pela acolhida, esperando estar à altura do desafio lançado. Ao mesmo tempo, entendo esse desafio também como um desejo de abertura, como um desejo de que possamos pesquisar, trabalhar, discutir e agir em ambiente interdisciplinar, na medida em que cada disciplina possa dar a sua contribuição, sem nos fecharmos em uma especialização que emburrece. Não quero dizer que a especialização seja por si mesma emburrecedora, muito pelo contrário. Quero dizer apenas que certa concepção de especialização, a meu ver, emburrece. Aquela que não vê necessidade da colaboração interdisciplinar para poder ser uma especialização mais frutífera. E com isso quero dizer também: sejam bem-vindas e sejam bem-vindos à filosofia, à matemática, às ciências sociais, à biologia, à história e à demografia, às artes visuais e à música, à física e à química. A Unicamp tem de estar aberta às buscas de conhecimento que vocês tiverem. E vocês devem poder explorá-las todas, esse é o sentido primeiro de estarmos em uma universidade. É decisivo que a inserção na vida universitária seja uma inserção interdisciplinar.

Mas há ainda outro sentido muito básico de estar na universidade que é o do nosso compromisso com a sociedade brasileira. É uma grande alegria poder estar com vocês hoje, mesmo neste momento de enorme tristeza, mesmo à distância, uma distância necessária e solidária porque uma distância que salva vidas. Um momento de revolta também, de rejeição e de repúdio a um presidente que se recusa a desempenhar seu papel, que se recusa a salvar vidas que poderiam ser salvas se ele tomasse as medidas e as providências necessárias e que estão a seu alcance tomar.

O que exige lembrar que se comemora hoje o Dia da/o Jornalista, instituído em lembrança do assassinato de Libero Badaró, atentado que foi um dos fatores que levaram à abdicação de D. Pedro I, há 190 anos, neste 7 de abril. Libero Badaró seguiu trilhas abertas por Hipólito da Costa, jornalista que voltarei a mencionar hoje. É a ocasião de lembrar que profissionais da informação são intimidados, agredidos e assassinados todos os dias no país. Um país que tem como presidente alguém que agride jornalistas cotidianamente. Um presidente que chama o Exército Brasileiro de “meu Exército”. Como escreveu Conrado Hübner Mendes em sua coluna de hoje no jornal *Folha de S. Paulo*: “Se tudo sair como

planejado, podemos em breve ver Bolsonaro pacificar ‘meu tribunal’ e juntá-lo ao ‘meu Exército’, ‘minha polícia’, ‘minha PGR’ e ‘minha AGU’³. E aí poderíamos acrescentar: a “minha imprensa”.

Não é de maneira alguma para ignorar ou subestimar a gravidade da situação atual que estamos aqui, muito pelo contrário. Mas nós nos concentrarmos em fazer o nosso trabalho da melhor maneira possível é também parte decisiva da resposta que podemos e devemos dar ao momento. A sociedade nos financia para estudar, pesquisar, dar aulas e transmitir o conhecimento que produzimos para o maior número de pessoas que conseguirmos. Precisamos nos concentrar em fazer nosso trabalho o melhor possível, mesmo na situação dramática e inaceitável em que nos encontramos. Essa também é uma das maneiras de colaborarmos com o país.

Mas o que significa isso, “colaborar com o país”? O que é o mesmo que fazer perguntas como: de que maneira a universidade brasileira se vinculou a projetos de construção do país? De que maneira o conhecimento produzido se vinculou à construção institucional e aos padrões de desenvolvimento econômico e social do país? De que maneira a universidade brasileira “pensou o país”, de que maneira se vinculou à esfera pública, à chamada “opinião pública”, de que maneira se vinculou à discussão pública de maneira mais ampla?

São muitas questões, não é possível tratar de todas elas em uma aula. Vou me concentrar hoje sobre o tema da esfera pública e o que vejo como suas figuras passadas e sua possível configuração no presente. Mas mesmo essa restrição ainda é insuficiente, implicaria analisar um objeto inabarcável em uma aula. Por isso, vou restringir ainda mais a análise para pensar o que seriam “momentos decisivos” da reconstrução de uma esfera pública *política* no país. Não se trata de entender “política” aqui como “política partidária”. A esfera pública em que se “pensa o país” é uma esfera pública política em sentido amplo. Ainda que tenha, evidentemente, laços com partidos e com forças políticas organizadas de maneira geral, como também surgirá, de alguma maneira, em minha exposição.

Para isso, começo pelo livro clássico de um dos fundadores do IEL da Unicamp, aquele que dá nome à biblioteca do Instituto, Antonio Candido de Mello e Souza, *Formação*

³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/conrado-hubner-mendes/2021/04/o-stf-come-o-pao-que-o-stf-amassou.shtml>>. Acesso em 05. Ago. 2022.

da Literatura Brasileira (Momentos decisivos) – muitas vezes a gente se esquece de mencionar o subtítulo, de enorme importância –, de 1959. Esse começo tem que ver também com o início da conversa com o professor Alfredo Cesar Melo que resultou no encontro de hoje. Em nossa correspondência, Alfredo mencionou o capítulo do livro de Antonio Candido intitulado “Promoção das Luzes”, em especial a sua terceira seção, “Os gêneros públicos”, aquela que se segue à seção “A nossa *Aufklärung*” [voltarei daqui a pouco a essa palavra alemã, *Aufklärung*; Candido também usa “Ilustração” e “Luzes”, ou ainda “nossa breve Época das Luzes”, sempre em maiúsculas, nesse capítulo do livro].

Antes de entrar no foco central de minha intervenção de hoje pelas mãos de Antonio Candido, gostaria apenas de elaborar rapidamente uma questão que enunciei, “o que significa colaborar com o país?”, nos termos da ideia de “formação” que aparece no título de Antonio Candido – e em tantos outros trabalhos, como é o caso, por exemplo, de *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, publicado no mesmo ano de 1959.

“Formação” foi a ideia fundamental e, a meu ver, a ideia mais frutífera para elaborar nossa experiência de país periférico. Elaborar tanto no sentido de compreender, de teorizar, como no sentido de agir, de transformar. Independentemente do fato de essa ideia ainda poder carregar ou não os potenciais de compreensão e de ação que um dia teve – esse seria certamente um ponto interessante para discutirmos, caso haja interesse – entendo que é uma ideia de que devemos sempre partir. Entendo que é um momento alto da nossa elaboração periférica, por isso, um ponto de partida necessário. Um ponto de partida tanto mais necessário porque nos permite, com base nele, tanto organizar o passado como pensar a pertinência de suas premissas para compreender a situação atual. Então, ler os clássicos da “formação” – o livro de Antonio Candido em especial – organiza a cabeça, põe a cabeça para trabalhar em um sentido produtivo, façam isso sempre que puderem.

Conforme escrevi em alguns textos, a característica marcante da noção de “formação” é, para mim, a de ter reconstruído a história do país em termos de um processo de formação em curso, já parcialmente realizado, cujo sentido permitiria, por sua vez, delinear tendências de desenvolvimento e mesmo de continuidade. É assim que, no caso dos dois livros que mencionei, a ênfase recai não sobre o diagnóstico dos “arcaísmos”, mas sobre a lenta, porém progressiva, cristalização de instituições sociais que representavam realizações, mesmo que parciais e incompletas, do “moderno brasileiro” (numa palavra: o “sistema literário”, para Candido; o “mercado interno”, para Furtado). Essa positividade e

essa progressividade não puderam mais ser sustentadas nesses termos depois do golpe militar de 1964, que veio destruir as bases dessa construção teórico-prática que era a “formação”, pensada em termos de um desenvolvimento do país e da nação que fosse democrático, em que modernização e justiça social andariam juntas.

Isso para dar uma ideia geral do paradigma da “formação” e do enquadramento histórico em que surgiu. Como mencionei, não vou me aprofundar nessa linha de raciocínio, pois seria assunto para muitas aulas. Esse rápido enquadramento histórico é importante também para entender como Antonio Candido caracteriza o surgimento de uma esfera pública brasileira, dominada por intelectuais.

Tratando do período da instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, a partir de 1808, um momento que Candido conta como um dos “decisivos”, o autor explica que a

raridade e dificuldade da instrução, a escassez de livros, o destaque dado bruscamente aos intelectuais (pela necessidade de recrutar entre eles funcionários, administradores, pregadores, oradores, professores, publicistas) deram-lhes um relevo inesperado. Daí a sua tendência, pelo século a fora, a continuar ligados às funções de caráter público, não apenas como forma de remuneração, mas como critério de prestígio. Acrescentemos a esses fatores a tendência associativa que vinculava os intelectuais uns aos outros, fechando-os no sistema de solidariedade e reconhecimento mútuo das sociedades político-culturais conferindo-lhes um timbre de exceção. Não espanta que tenha gerado um certo sentimento de superioridade, a que não eram alheias algumas implicações da Ilustração – inclinada a supervalorizar o *filósofo*, detentor das Luzes e capaz, por isso, de conduzir os homens ao progresso. Aí se encontram porventura as raízes da relativa jactância, reforçada a seguir pelo Romantismo, que deu aos grupos intelectuais, no Brasil, exagerada noção da própria importância e valia (CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos)*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p. 235).

É impressionante como essa caracterização ressoa ainda hoje. Queria apenas ressaltar alguns elementos desse trecho do livro tão rico para nosso tema de hoje. Começo pela tese presente no diagnóstico de Candido desse período, caracterizando-o como “a nossa breve Época das Luzes” (*ibidem*, p. 238), que ele caracteriza também como a fase “dos publicistas” e que circunscreve “mais ou menos entre 1810 e 1835” (*ibidem*, p. 271). Essa fase teria sido dominada por certa tendência de uma “concepção pragmática da inteligência, a confiança na razão e na ciência para instaurar a era de progresso no Brasil, a repugnância em dedicar-se de todo à literatura” (*ibidem*, p. 239) e seu representante mais destacado teria sido Hipólito da Costa, fundador e diretor daquele que é considerado como o primeiro

jornal brasileiro, mesmo sendo impresso em Londres, o *Correio Braziliense*, que circulou entre 1808 e 1822. É essa tese que explica, para Candido, que “os gêneros públicos – “oratória, jornalismo, ensaio político-social – avultassem em detrimento das belas letras” (*ibidem*). Devemos nos perguntar quanto o momento atual se aproxima ou se afasta desse descrito por Candido.

Gostaria de enfatizar também uma característica que mencionei no início: o caráter interdisciplinar do trabalho especializado de Antonio Candido, também nisso um modelo. Essa é uma característica que se mostra em toda a sua obra, mas fica especialmente evidente na sua interpretação desse momento da história brasileira. Candido escreveu uma tese de doutorado em sociologia, cumpriu um rigoroso processo de formação nas ciências sociais. Sua especialização em crítica, teoria e história literárias sempre guardou a marca dessa formação e desse interesse.

Intimamente ligada a essa característica está uma outra, igualmente decisiva: Candido analisa esse momento de predomínio de publicistas sobre as belas letras na esfera pública nascente brasileira segundo as condições materiais e culturais em que intelectuais são intelectuais. Não por acaso, a primeira seção – a única que eu ainda não tinha mencionado até aqui – desse capítulo VII do livro que estou retomando em grandes linhas com vocês se intitula “As condições do meio”. Esse ponto é – e será – fundamental nas ideias que apresento hoje a vocês. Porque para entender a atividade pública de intelectuais é necessário jamais separar intelectuais das condições históricas em que são intelectuais. Na exposição de hoje, por razões de tempo, restringi minha visão dessas condições à estrutura da esfera pública em que intelectuais atuam. E, como já mencionado, restringi ainda mais a análise ao pensar uma esfera pública política.

Gostaria de ressaltar ainda a noção ampla de “intelectual” empregada por Candido. A universidade brasileira como sistema de ensino superior e de pesquisa acadêmica, só começa a se consolidar pela época em que Antonio Candido publicou seu livro clássico. Mas, a partir daí, há uma quase identificação entre “docente de universidade” e “intelectual”. Tomaria tempo pensar e expor esse desenvolvimento, não é possível fazer isso hoje. Mas o fato é que uma concepção elitista e excludente de “intelectual” acabou se consolidando. Há muitas colegas e muitos colegas docentes de universidades que não são nem desejam ser intelectuais no sentido discutido aqui. Da mesma maneira, há muitas pessoas que não são docentes universitárias, com profissões e trajetórias pessoais bastante

distintas da carreira acadêmica, que são intelectuais de pleno direito. É importante não cair na armadilha de exigir títulos acadêmicos para que quem possa legitimamente elaborar em público e de maneira consistente a sua própria experiência e de sua comunidade e de seu país, que é o que intelectuais fazem.

Ressaltadas essas características, gostaria agora de chamar a atenção para o pano de fundo do diagnóstico de Antonio Candido, intimamente ligado a certa compreensão das Luzes, do Esclarecimento, do Iluminismo, os muitos nomes (diferentes em cada país, aliás) de um projeto teórico-prático, de um projeto político de revolução e de organização da sociedade e da humanidade segundo os preceitos exclusivos da Razão.

O esquema de análise de Antonio Candido retoma um esquema clássico do século XVIII, formulado de diferentes maneiras, mas com certo núcleo comum. Para expor esse núcleo comum vou tomar Condorcet como guia, o autor do livro *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, publicado em 1795, um ano após a morte do autor. No gigantesco painel de desenvolvimento do espírito humano (e da espécie humana) que é traçado por Condorcet, há dois momentos cruciais, de mudança radical de patamar. O primeiro desses momentos é o do surgimento da escrita alfabética (que aparece no capítulo “Terceira época” do livro). O segundo é o do surgimento da imprensa/tipografia, aquele que marca a “Oitava época”. E o surgimento da imprensa/tipografia é associado também “à época em que as ciências e a filosofia abalaram o jugo da autoridade”. Justamente, o momento em que o “jugo da autoridade” foi definitivamente afastado aconteceu na Revolução Francesa.

O sentido do desenvolvimento histórico para Condorcet é o da libertação do “espírito humano” do título de seu livro do jugo de um espírito religioso, de fanatismos e superstições que dominou a maior parte da história da espécie humana, jugo porque uma autoridade externa, uma autoridade que não vem diretamente dos indivíduos e das sociedades humanas. A única autoridade que deve ser reconhecida como legítima é aquela de nossa própria razão em seu livre exercício, tanto como indivíduos como enquanto coletividade, enquanto sociedade.

A Revolução Francesa foi um momento culminante desse processo de libertação. Mas ela não é um ponto zero, um marco zero. Ela é antes um ponto de chegada – e, nesse sentido, também um novo ponto de partida, em novo patamar – peço que vocês pensem

aqui na caracterização sumária que fiz anteriormente da “formação”. A Revolução Francesa foi precedida pelo tempo em que “as ciências e a filosofia” conseguiram, afinal, “abalar o jugo da autoridade”.

A invenção da imprensa/tipografia, da escrita impressa desempenhou papel de primordial importância na propagação das Luzes porque, com a maior velocidade e maior abrangência da difusão das ideias proporcionada pela imprensa/tipografia (em termos de aumento da instrução, inclusive), surge também um elemento essencial na reconstrução de Condorcet: a opinião pública. Com a opinião pública, surge a primeira instituição capaz de se opor de maneira duradoura a quem pretende conscientemente manter as pessoas em estado de ignorância – em “estado de infância”, também diz Condorcet – para exercer poder sobre elas, para explorar sua “minoridade” e mais facilmente dominá-las. Para Condorcet, a “opinião pública” teve papel decisivo no desencadeamento da Revolução Francesa. Mas, mais que isso ainda, o desenvolvimento da imprensa/tipografia, condição para a institucionalização de uma “opinião pública” estável e independente de poderes religiosos e seculares estabelecidos, representou um novo patamar para o próprio progresso, um patamar em que se pode razoavelmente ter a expectativa e a esperança de que o progresso será, a partir daquele momento, contínuo e sem regresso.

Isso lá em fins do século XVIII. Não é essa certamente a nossa maneira de ver a história que se seguiu. Mas não vou continuar a seguir esse fio, por importante que seja. Proponho antes um salto, um salto histórico para o momento em que o próprio Antonio Candido escreveu seu livro clássico. Para poder, em seguida, tentar pensar onde nos encontramos hoje em comparação com os publicistas, os gêneros públicos e os tipos de intelectuais que apresentou Antonio Candido em seu clássico de 1959, que ele denominou ali “literatura pública” (CANDIDO, 1959, p. 240).

Mas não sem antes ressaltar, como última observação sobre “a nossa breve Época das Luzes” (*ibidem*, p. 238), que não é acaso, portanto, que Antonio Candido insista tanto na capacidade de se imprimir livros e jornais em solo brasileiro como um elemento de capital importância para entender o funcionamento de nossa esfera pública naquele início de século XIX. Como não é acaso que o primeiro livro impresso em solo nacional, em 1808, pela então novíssima Imprensa Régia, condene a crítica a atos do governo (*ibidem*, pp. 249-250; Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, *Observações sobre o Comércio Franco do Brasil*).

Como não é acaso que o adversário desse mesmo Silva Lisboa, Hipólito da Costa desempenhe o papel central que desempenha na reconstrução de Candido.

Ao dar um salto para o próprio período em que Candido publicou a sua *Formação*, o final da década de 1950, é impossível não notar que se trata de um período marcado pelo fim da II Guerra Mundial. Mas também não se pode deixar de notar que é um período democrático. De uma democracia muito frágil e muito pouco democrática, mas uma democracia bastante inédita na história do país. Um período também em que começa a se consolidar a universidade brasileira como sistema universitário e em que essa universidade está firmemente vinculada a um projeto democrático de desenvolvimento nacional orientado pela justiça social. Um momento em que “modernidade” e “democracia” coincidiram no Brasil. Um momento ímpar na história do país em termos de realizações sociais, políticas, culturais, artísticas. Mesmo com todas as limitações e com toda a exclusão que também continha, sem dúvida.

E, no entanto, inspirado na referência que fiz a Condorcet, o autor do já mencionado *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, proponho começar pelo que estava acontecendo nos países centrais para depois tentar pensar como as coisas se deram no Brasil. Meu guia aqui será um pensador francês, Bernard Manin, autor de um livro nascido clássico como o de Antonio Candido, mas infelizmente sem tradução para o português até hoje, *Princípios do governo representativo*, publicado em 1995. Como no caso do livro de Antonio Candido, também o livro de Manin excede de muito o uso limitado que farei dele nesta exposição.

Segundo Manin, o “governo representativo” é maleável, adaptável conforme a situação. Inventado no final do século XVIII por “aristocratas ingleses, proprietários fundiários americanos e homens de lei franceses” (MANIN, 1995, p.302), essa forma de organização institucional se adaptou, cem anos depois, ao surgimento dos partidos de massa, dando origem ao que Manin chama de “democracia de partidos”. Quase outros cem anos depois, por volta da década de 1960, essa forma do governo representativo teria passado por nova transformação, dando origem ao que Manin chama de “democracia do público” (ou “democracia da audiência”, como diz a tradução para o inglês).

Antes diretamente explicável por características sociais, econômicas e culturais do eleitorado, as escolhas passaram a variar entre eleições de maneiras que não correspondiam

mais a essas características antes bem estabelecidas. A personalização do voto – em lugar do voto em um partido e/ou em um programa – passou a ser determinante. Essa transformação, entretanto, não significou, segundo Manin, um declínio do poder dos partidos, que continuam a estruturar a política. O que ocorreu a partir daí foi que os partidos se tornaram tendencialmente “instrumentos a serviço de um líder” (*ibidem*, p. 280).

Essa é a nova forma de democracia, a nova forma de governo representativo que Manin chama de “democracia do público”. É uma forma de governo representativo marcada por duas principais novidades características.

A primeira delas, de um lado, é a das (então) novas técnicas de comunicação, o rádio e a televisão, que permitem que candidaturas sejam conhecidas sem a mediação das organizações políticas formais. Comparados aos processos de seleção dos partidos de massa, com seus militantes e com sua hierarquia, os (então) novos meios de comunicação de massa selecionam um tipo novo de qualidades e de talentos, selecionam figuras midiáticas, que dominam as técnicas de comunicação. Isso faz com que a democracia do público seja o “reino do expert em comunicação” (*ibidem*, p. 281).

A segunda característica marcante dessa forma de democracia, de outro lado, é a transformação do alcance da ação estatal, que aumentou consideravelmente, especialmente do ponto de vista econômico e jurídico. Segundo Manin, isso teria tornado o detalhamento de programas políticos inviável e contraproducente. A multiplicação de atores e domínios de ação corresponde também a uma maior imprevisibilidade do ambiente em que as decisões são tomadas (*ibidem*, pp.281-282). O que permitiria ver o “expert em comunicação” como uma resposta possível a esse novo estado de coisas.

Nesse contexto, “democracia do público” significa, antes de tudo, um público (um eleitorado) essencialmente *reativo*, um “*público* que reage aos termos que lhe são expostos e propostos na cena pública” (*ibidem*, p. 286). O efeito disso sobre as candidaturas pode ser visto na comparação com a forma anterior de democracia tal como pensada por Manin, a democracia de partidos. Na democracia de partidos, não é necessário buscar a clivagem do eleitorado que será mobilizada na campanha: ela está dada, é uma clivagem de classe, uma clivagem simultaneamente econômica, social e cultural dada. Na democracia do público, ao contrário, a clivagem tem de ser buscada, ela não está dada de antemão. São as candidaturas que propõem ao eleitorado as clivagens em que ele se reconhecerá e se organizará em termos eleitorais. É um processo de tentativa e erro, com larga utilização de pesquisas de

opinião ensaio, em que ajustes vão sendo realizados à medida que o público reage a essas propostas de divisão e de organização do eleitorado (*ibidem*, pp. 287-288)

É importante salientar que essa caracterização não significa de maneira alguma que Manin subscreva as metáforas econômicas de muita ciência política, em que haveria um “mercado político” que poderia ser compreendido em termos de “oferta” e de “demanda”. Essas metáforas são, segundo ele, especialmente inadequadas quando se trata de preferências que se formam em um processo, que não se encontram “prontas” quando o eleitorado se vê diante de escolhas (*ibidem* pp. 288-290).

O resultado mais importante aqui é justamente que essa nova forma de democracia, a democracia do público, propõe uma nova forma de *representação*, muito mais personalista e personalizada, em que quem representa é também quem age no sentido de propor um princípio de divisão, de partição da sociedade, do eleitorado, do mundo, no limite (*ibidem* pp. 290-291).

No âmbito de sua ampla caracterização, Manin qualifica como “decisiva” na formação da opinião sob a “democracia do público” o fato de os canais de informação e de formação da opinião, ao contrário do que acontecia na democracia de partidos, não serem “*estruturalmente* ligados às organizações que agregam votos em eleições, os partidos” (*ibidem*, pp. 293-294). Essa nova configuração se deve em grande parte à imposição de uma certa concepção padrão de jornalismo, comprometida com determinado entendimento da objetividade dos fatos e com a separação rígida entre informação e opinião. Foi essa constituição não-partidária que constituiu o estatuto do rádio e da televisão após o fim da II Guerra Mundial. E foi essa “neutralização relativa da mídia frente às clivagens partidárias” que permitiu que indivíduos formassem suas opiniões políticas a partir de fontes de informação comuns e não a partir de fontes de informação que coincidissem com suas preferências político-partidárias.

De acordo com Manin, todo o arranjo da democracia do público depende, em última instância, de que os “canais pelos quais se forma a opinião pública política” sejam “relativamente *neutros* com respeito às clivagens entre os partidos em competição pelo poder”. Se assim é, entretanto, o foco primordial para entender a situação atual não pode ser outro senão esses próprios “canais”, já que é essa premissa que está em questão no momento atual. Considero que, na última década, Manin esteve olhando para o lado errado.

Do ponto de vista de seu próprio livro, quero dizer. Recorrer a estudos empíricos que mostram que os partidos continuam tendo o papel central que sempre tiveram desde a “democracia de partidos” ignora o fato de que esse papel é simplesmente formal se a condição para que ele seja exercido não mais existe. E acho que é exatamente esse o caso.

Um tal estado de coisas deveria ter bastado – ou pelo menos assim me parece – para que um teórico da estatura de Manin chegasse pelo menos à conclusão de que, no esquema que ele próprio propôs, seria preciso pensar uma nova figura do governo representativo. Sendo essa uma forma democrática – também isso deixou de ser uma evidência – teríamos de falar, digamos, de uma “democracia do digital”. Não foi isso o que Manin concluiu. Mas é o que, acho, deveria ter concluído.

Essa conclusão a que chego tem também uma consequência teórica e prática da maior relevância e urgência: é ilusório – e praticamente arriscado, já que arrisca a própria democracia – continuar a entender a situação atual como se as instituições estivessem funcionando como a teoria diz que funcionam. Como é igualmente arriscado diagnosticar que esse modo de funcionamento se perdeu e que é preciso voltar a esses modelos de democracia que perderam seu lastro social. Seja lá como se entenda esse lastro.

Entendo que é no estudo das esferas públicas – de públicos e de contrapúblicos – que devemos concentrar nossos esforços de compreensão do momento atual. E isso inclui, como elemento central, o delineamento de tendências em relação às plataformas digitais.

Dito de maneira mais concreta: as plataformas funcionam e tendem a funcionar em regime de oligopólio, não há dúvida; mas é um oligopólio “agregador de opiniões” e não um oligopólio da *informação e da formação da opinião* – modelo que vigorou, grosso modo, na segunda metade do século XX. Mais que isso ainda, a arquitetura das plataformas e redes é feita para impedir o surgimento de um oligopólio da formação da opinião, justamente: tal oligopólio significaria o fim da disputa comercial pela atenção dos consumidores. Fica claro, portanto, que o surgimento de plataformas se deu *contra* o oligopólio da informação e da formação da opinião existente anteriormente, da “grande mídia”, da “mídia tradicional”, da “mídia mainstream”.

Sendo assim, a discussão sobre a regulação/regulamentação de plataformas e de redes é certamente central, mas não atinge o cerne do negócio, a lógica do algoritmo da atenção. E sem colocar em questão e enfrentar a lógica do algoritmo da atenção, não faz sentido imaginar que plataformas digitais serão capazes de participar de algo como um novo

pacto de relativa neutralidade com respeito às clivagens entre os partidos em competição pelo poder, como diria Manin (1995). Dado que tal enfrentamento não está no horizonte – como fazê-lo, aliás, com qual coalizão político-social? –, não existe qualquer perspectiva de restaurar ou de repor em outro patamar a situação anterior. Porque não há quem deseje tal retorno, inclusive. Não apenas a arquitetura de plataformas e redes ela mesma impede um pacto desse tipo: as arquiteturas de rede levam muito mais na direção de como se formava a opinião no modelo da “democracia de partidos” – só que sem “partidos” agora – do que na direção de uma “democracia do público” renovada.

Dadas essas condições, dadas “As condições do meio”, como diria Antonio Candido (1959), quais são as condições de exercício do publicismo, da literatura pública, como atuam intelectuais?

Esse processo de formação de uma esfera pública política tal como descrito por Manin (1995) para os países centrais democráticos não aconteceu dessa forma no Brasil. Muito pelo contrário, é como se a redemocratização brasileira da Constituição de 1988 tivesse envolvido todos os tipos ideais que Manin descreve como formas do “governo representativo” – o parlamentarismo, a democracia de partidos e a democracia do público – ao mesmo tempo. Afinal, tivemos coronelismo, partidos de massa e escolha de elites políticas com base no desempenho no rádio e na TV, tudo ao mesmo tempo. No entanto, entendo que pode ser útil e esclarecedor tentar utilizar algumas das caracterizações, esquemas e tipos ideais de Manin para tentar entender como esses processos se deram entre nós. E, talvez, tentar entender a situação atual em perspectiva mais ampla, não restrita ao caso brasileiro.

O processo de uniformização e oligopolização da mídia que tornou relativamente unitária e uniforme a esfera política no Brasil não se deu inteiramente sob a democracia, mas antes sob a ditadura militar de 1964. Ou seja, na caracterização de Manin, tivemos “público” sem “democracia”, tivemos “partidos” sem “democracia”. Sentimos até hoje as repercussões nefastas da ditadura também sob esse aspecto.

Sobretudo, os partidos brasileiros da redemocratização não têm e não tiveram escolas, jornais, rádios, TVs. Nasceram já sob a égide da “democracia do público”, mas sem que uma “democracia de partidos” tivesse se enraizado nos moldes descritos por Manin.

Mas não só isso: desde o advento da internet, o Brasil sempre foi um dos países que se destacaram na utilização de plataformas digitais de maneira geral.

Isso quer dizer, antes de qualquer outra coisa, que a estrutura da esfera pública mudou. Não só por causa dos públicos e contrapúblicos, dominantes e marginais, que já haviam se formado nas condições materiais do que Manin chamou de “democracia do público”. Nas condições da “democracia do digital”, há uma multiplicidade de mídias e plataformas que se combinam (ou não) de maneiras muito diferentes. Formam-se “bolhas”, “câmaras de eco” nesse novo ambiente.

Mas essas “bolhas” e esses “contrapúblicos” não estão, na “democracia do digital”, organicamente vinculados a partidos. Podem se organizar em torno de um movimento, de uma liderança, de um tema, de uma causa, de um/a influencer, por exemplo. É nessas novas condições que temos de (re)pensar o papel não só dos gêneros públicos, mas da atuação de qualquer pessoa como intelectual pública. É um desafio coletivo, mas que precisará contar com a participação decisiva dos estudos literários e da linguística para poder se tornar uma área de pesquisa com resultados sólidos e interessantes. Muito obrigado pela atenção.

Referências bibliográficas

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos)*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, 2ªed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, 14ª ed. São Paulo, Nacional, 1976

LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). *Observações sobre o Comércio Franco do Brasil*, Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808/9.

MANIN, Bernard. *The principles of representative government*, Cambridge: Cambridge University Press, 1997.